

Território e políticas públicas: reflexões sobre a construção de práticas capazes de incidir sobre a iniciativa da violência letal contra jovens no Brasil

Territory and public policies: reflections about the construction of practices capable of influencing the initiative of lethal violence against young people in Brazil

MICHELE DUARTE SILVA

RESUMO

O *Atlas da Violência 2020* apresenta que, apenas em 2018, 30.873 jovens foram vítimas de homicídios no Brasil, o que significa uma taxa de 60,4 homicídios por 100 mil jovens e 53,3% do total de homicídios do país. Destaca-se que 75,7% das vítimas de homicídios eram negras. Ao analisar as taxas de homicídios entre 2008 e 2018, os dados do Atlas da Violência demonstram ainda que as taxas de homicídios apresentaram um aumento de 11,5% para os negros, enquanto para os não negros houve uma diminuição de 12,9%. Diante da histórica manutenção dos homicídios contra a população negra no Brasil, toma-se como um imperativo a implementação de políticas públicas que contribuam para a transformação dessa realidade. Considerando meu trabalho no campo da segurança pública, sobretudo a atuação como técnica na condução da implementação do Programa Fica Vivo! em uma localidade do município Belo Horizonte, busco apresentar neste artigo uma investigação inicial sobre as interfaces existentes entre território e políticas públicas na criação de práticas capazes de incidir sobre a iniciativa da violência letal contra jovens no Brasil. Constituir políticas públicas territoriais que comportem tanto os conflitos inerentes ao convívio social, quanto o dever do Estado, a responsabilidade de todos(as) e a de cada um(a) na garantia de direitos é um desafio constante do trabalho de composição de outras formas de convivência; formas que permitam vislumbrar a crescente improbabilidade da guerra e da morte e, desse modo, a constituição cotidiana de uma política democrática voltada para a proteção universal e equânime da vida.

Palavras-chave: Juventude; Políticas Públicas; Território.

ABSTRACT

The *Atlas of Violence*, published in 2020, shows that, only in 2018, 30,873 young people were victims of homicide, which means a rate of 60.4 homicides per 100,000 young people, and 53.3% of the Brazil's total homicides. It is noteworthy that black people represent 75.7% of homicide victims. When analyzing homicide rates between 2008 and 2018, data from the Atlas of Violence also demonstrates that homicide rates increased by 11.5% for black people, while for non-black people there was a decrease of 12.9%. In face of the historical persistence of homicides against the black population in Brazil, it is imperative to implement public policies that contribute to the transformation of this reality. Considering my work in the field of public security, especially in leading on the territory the implementation of the Fica Vivo! in a neighbourhood in the city of Belo Horizonte, I try to present in this article an initial investigation about the interfaces that exist between territory and public policies in the creation of practices capable of influencing the initiative of lethal violence against young people in Brazil. Establishing territorial public policies that consider the conflicts inherent to social coexistence and the duty of the State, the responsibility of everyone and each one in guaranteeing rights is a constant challenge in the work of composing other forms of coexistence; forms that allow us to glimpse the growing improbability of war and death and, in this way, the daily constitution of a democratic policy aimed at the universal and equitable protection of life.

Key words: Public Policies; Territory; Youth

INTRODUÇÃO

As juventudes são muitas, seus estilos os mais variados. Nas avenidas, ruas e becos de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, alguns(as) jovens circulam, outros(as) nem tanto. Há jovens que conhecem diferentes locais da cidade onde nasceram e cresceram. Há muitos(as), contudo, que conhecem pouco mais do que locais da região onde moram e as ruas pelas quais circula o ônibus que atende ao seu bairro. Destaca-se, entretanto, que há ainda aqueles jovens que restringem ainda mais sua mobilidade. Isto, em função do envolvimento em confrontos armados que, a cada ano, sinalizam a gravidade do problema da violência letal no Brasil, bem como a necessidade de elaboração de políticas públicas que contribuam para a reversão dessa realidade. De acordo com o *Atlas da Violência 2020* (IPEA, FSB, 2020) houve, em 2018, 57.956 homicídios no Brasil, o que corresponde a uma taxa de 27,8 mortes por 100 mil habitantes, sendo os jovens negros as principais vítimas.

A partir de trabalhos que desenvolvi como técnica, supervisora e gestora em programas voltados para o atendimento a jovens envolvidos nesses confrontos armados, o que pude constatar é que vários deles passavam a vivenciar, de forma ainda mais contundente, a constante iminência de serem assassinados e, diante de tal iminência, a

vigilância tornava-se um dos recursos de proteção utilizados. Mas tal recurso nem sempre era suficiente. Para alguns jovens materializava-se a questão nua e crua da sobrevivência e, perante a efetiva iminência da morte, era necessário matar aqueles que foram tomados como inimigos. *É matar ou morrer*, passavam a dizer alguns jovens que se vinculavam diretamente aos confrontos armados. Diante dessa realidade, alguns jovens restringiam a mobilidade a ruas bem próximas de sua moradia ou a certos caminhos e formas de deslocamento que supunham protegidos. Mantinham-se constantemente armados e atentos; não se podia vacilar. “A um vacilo se paga com a liberdade ou com a vida”, afirmava uma jovem.

Diante dessa realidade, e seguindo as formulações de Achille Mbembe (2018) sobre a necropolítica, o que a meu ver se apresenta são os efeitos da subjugação da vida ao poder da morte e de sua produção como forma de gestão política. Mesmo fora das prisões, os(as) jovens parecem corporificar diferentes modos de cerceamento da liberdade e de confinamento. Pode-se dizer que a liberdade é cerceada pelo Estado na medida em que suas práticas são racistas e produtoras de violações, ao invés de serem garantidoras de direitos e das oportunidades necessárias ao exercício igualitário da cidadania; e confinamentos se estabelecem no ponto em que cada jovem reproduz a lógica vigente, sendo aprisionado(a) e se aprisionando a um modo de vida marcado por condutas de risco que, por vezes, os(as) leva ao pior.

Perante esse contexto uma questão se apresenta: como intervir nessa realidade levando em conta o dever do Estado, a responsabilidade de todos(as) e a de cada um(a)? De modo a esboçar uma resposta, este texto visa apresentar reflexões sobre as interfaces existentes entre território e políticas públicas na criação de práticas capazes de incidir sobre a iniciativa da violência letal contra jovens no Brasil. Considerando minha atuação como técnica na condução e execução do processo de implantação do Programa Fica Vivo! em uma localidade do município de Belo Horizonte, busca-se produzir uma investigação inicial voltada para o problema da ascensão da violência letal no país, em articulação com as dimensões política e territorial que parecem se articular e se relacionar ao fenômeno, bem como às possíveis alternativas para a reversão dessa gravíssima realidade.

MORTES ANUNCIADAS

O *Relatório de Desenvolvimento Brasil 2005* (PNUD BRASIL, 2005) destaca que nas décadas de 1980 e 1990 houve crescimento em todas as modalidades de crime no Brasil,

mas, em especial, dos homicídios. Fazendo referência a dados do Ministério da Saúde, o relatório informa que o país passou de 11,7 homicídios por 100 mil habitantes, em 1980, para 30,6 por 100 mil habitantes, em 2001. Durante esse período foram registrados 646.158 assassinatos, contabilizando quase 30 mil homicídios por ano. O relatório também destaca que, se por um lado a violência afeta qualquer cidadão — independentemente de classe social, fenótipo, idade e sexo —, por outro lado não afeta a todos da mesma maneira. As taxas de homicídios sempre foram mais altas nas regiões metropolitanas e em locais em que a renda média é menor, e os serviços, mais precários. Lado a lado com a desigualdade de riqueza, educação, saúde e saneamento, os negros e os jovens também se mantiveram, de acordo com o relatório, como as principais vítimas da violência letal.

No diagnóstico publicado no *Mapa da Violência 2013 – Homicídios e Juventude no Brasil* (WASELFSZ, 2013), o homicídio também permanece como a principal causa de morte de jovens entre 15 e 24 anos, atingindo especialmente jovens negros, do sexo masculino, moradores de periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos. De acordo com os dados divulgados, as mortes na população jovem de Minas Gerais entre os anos de 1980 e 2011 ocorreram em 26% devido a causas naturais e em 74% por causas externas, sendo 24,3% em transportes; 5,1% por suicídios e 35,3% por homicídios. Em 2010-2011, o estado registrou índice de 44,5 homicídios a cada 100 mil jovens, com aumento de 66% entre um ano e outro.

Já em 2017, a publicação intitulada *Índice de Homicídios na Adolescência: IHA 2014* (BORGES DE MELO; CANO, 2017) também registra que a violência letal tem demonstrado uma tendência de crescimento acentuada no Brasil desde meados da década de 1980. A série histórica de mortes por agressão contra adolescentes, apresentada na publicação, demonstra uma tendência semelhante à da taxa global, sendo menor do que a taxa da população total até 2012, quando houve uma inversão. Diante disso, o IHA, concebido com o objetivo de apresentar um retrato da vitimização letal contra adolescentes no Brasil, destaca um resultado alarmante, pois revela o agravamento da incidência dessa vitimização.

Ainda segundo a publicação, em 2014, o valor do IHA para Minas Gerais era 3,20 e, para a capital do estado, 3,10. Considerando a manutenção da tendência, isso significa que, para cada 1.000 adolescentes que completassem 12 anos no ano de 2014, 3,20 em Minas e 3,10 em Belo Horizonte morreriam vítimas de homicídio antes de chegar aos 19, ou seja, ao longo do ciclo de vida da adolescência. A publicação busca destacar como esses valores

são elevados, considerando-se que uma sociedade não violenta deveria apresentar valores não muito distantes do 0 e certamente inferiores a 1.

Passados mais alguns anos, o *Atlas da Violência 2020* (IPEA, FSB, 2020) apresenta que, apenas em 2018, 30.873 jovens foram vítimas de homicídios, o que significa uma taxa de 60,4 homicídios por 100 mil jovens e 53,3% do total de homicídios do país. Destaca-se que 75,7% das vítimas de homicídios eram negras. Ao analisar as taxas de homicídios entre 2008 e 2018, os dados do *Atlas da Violência* demonstram ainda o aprofundamento das desigualdades raciais, tendo em vista a grande disparidade de violência experimentada por negros e não negros. Na última década, as taxas de homicídios apresentaram um aumento de 11,5% para os negros, enquanto para os não negros houve uma diminuição de 12,9%.

Diante da manutenção da histórica violência letal contra jovens negros no Brasil, brevemente demonstrada por meio das publicações citadas acima, podemos nos perguntar sobre os porquês. Aliada à compreensão da realidade brasileira, há também que se tomar como um imperativo a construção de práticas de valorização da existência, de proteção à vida e de redução contínua da violência letal contra jovens no Brasil.

SOBRE FAZER VIVER, DEIXAR E FAZER MORRER

Ao final do seu livro *História da sexualidade I: a vontade de saber*, Michel Foucault (1988) traz à tona o termo biopoder. Ele o faz na tentativa de discriminá-lo do poder que o havia precedido, o poder soberano. No regime da soberania o direito de vida e morte está condicionado à defesa do soberano e à sua sobrevivência enquanto tal. Cabia ao soberano o privilégio de matar os que o ameaçassem e de deixar viver os demais. Desse modo, “o direito que é formulado como ‘de vida e morte’ é, de fato, o direito de causar a morte ou de deixar viver.” (FOUCAULT, 1988, p.128).

Com o advento do biopoder, este se situa e passa a ser exercido no nível da vida, através dos corpos dos indivíduos, por meio de técnicas disciplinares que visam tornar as pessoas produtivas e, ao mesmo tempo, politicamente débeis. A biopolítica também se volta para o controle das populações, e a vida do homem, enquanto espécie, passa a ter centralidade. Desse modo, torna-se necessário cuidar da população, da espécie, dos processos biológicos e, a partir de dispositivos de segurança, busca-se normalizar e afastar riscos e perigos que eventualmente possam afetar de forma prejudicial a vida humana. Nesse sentido, em uma sociedade de normalização (onde os cálculos do poder incidem sobre os aspectos da vida humana enquanto espécie) não cabe mais ao poder fazer morrer,

mas, sobretudo, aperfeiçoar a vida. Causar a vida, mais que exigir a morte. Ao invés de fazer morrer e deixar viver, trata-se, então, de fazer viver e deixar morrer.

A partir da biopolítica, o poder investe na vida e não mais na morte e talvez assim se explique a desqualificação da morte, bem como sua legitimidade quando ela se refere àqueles que, supostamente, podem pôr em risco a vida em sociedade. Nesse sentido, difundem-se as possibilidades das ciências humanas e sociais, mas, também, a simultânea possibilidade de defender a vida e de autorizar seu extermínio. O direito de matar passa a ser aceitável quando se destina a afastar ou a eliminar o perigo que um inimigo representa à vida da população. Esse direito de matar deve ser compreendido, contudo, de maneira mais ampla. Trata-se não somente da morte de fato, mas também de todas as condutas que levam à exposição à morte, ao risco, à segregação, dentre outros.

Destaca-se que, para Foucault (2010), é por meio do racismo que o biopoder introduz na vida uma espécie de cisão, uma divisão entre o que deve viver e o que deve morrer. Por mais que o racismo já existisse há anos, será com a emergência do biopoder que ele dará entrada nos mecanismos do Estado. De acordo com Foucault:

(...) o racismo é a condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade de normalização. Quando vocês têm uma sociedade de normalização, quando vocês têm um poder que é, ao menos em toda a sua superfície e em primeira instância, em primeira linha, um biopoder, pois bem, o racismo é indispensável como condição para poder tirar a vida de alguém, para poder tirar a vida dos outros. A função assassina do Estado só pode ser assegurada, desde que o Estado funcione no modo do biopoder, pelo racismo (FOUCAULT, 2010, p. 215).

O racismo na sociedade do biopoder está a serviço da biopolítica e, ainda segundo Foucault, está “ligado ao funcionamento de um Estado que é obrigado a utilizar a raça, a eliminação das raças e a purificação da raça para exercer seu poder soberano” (FOUCAULT, 2010, p. 217). Essa compreensão vem esclarecer o motivo da inserção, ao final do século XIX, de teses biológicas nos discursos políticos, e a autorização não apenas da submissão dos povos colonizados, mas também de seu genocídio. Assim também irá ocorrer com relação às pessoas consideradas criminosas, loucas ou que estejam fora dos padrões de normalidade. Em todos os casos, o racismo estabelecerá as condições para a eliminação da vida que não tem valor e que pode ser exposta ao risco e eliminada impunemente.

Questionando a biopolítica de Foucault, como ferramenta eficaz de análise das relações de poder que se desenvolvem em espaços fora da Europa, Achille Mbembe (2018) introduz a noção de necropolítica e de necropoder. Considerando a experiência colonial, Mbembe dialoga com autores como Aimé Césaire e Franz Fanon, e com teorias e conceitos trabalhados por Foucault, Hannah Arendt e Giorgio Agamben, com destaque para o biopoder, soberania, regimes totalitários, estado de exceção e estado de sítio.

De acordo com Mbembe, a necropolítica não designa uma tecnologia anterior ou posterior à biopolítica, mas uma tecnologia política que atravessa todo o processo histórico da Modernidade. Apesar de estar por vezes ocultada, a necropolítica estaria em constante tensionamento com as formas biopolíticas, o que justificaria sua afirmação de que “qualquer relato histórico do surgimento do terror moderno precisa tratar da escravidão, que pode ser considerada uma das primeiras manifestações da experimentação biopolítica” (MBEMBE, 2018, p. 27). Nesse sentido, Mbembe estabelece que a necropolítica se teria constituído ao longo do processo de colonização europeu, com destaque para o fato de que, nesse processo, a soberania consistia fundamentalmente no exercício de um poder à margem da lei.

Com as mudanças econômicas e o advento do neoliberalismo, modificam-se também as formas de dominação e de exercício do poder. A experiência cotidiana da dúvida, da incerteza, do medo, da paranoia e a iminência constante da morte, inaugurada com o modelo colonial de terror, expande-se e passa a ser a tônica do mundo contemporâneo. Nesse sentido, tem-se uma expansão do terror para além das colônias, e em diferentes lugares do mundo a vida passa a ser subjugada ao poder da morte. Desse modo, para Mbembe, não se trata mais somente de fazer viver e deixar morrer, mas, sobretudo, da produção da morte como forma de gestão política.

Considerando o contexto brasileiro, é também possível retomar as formulações de Joaquim Nabuco ao final do século XIX e que se referem ao fato de a escravidão, no Brasil, ter adquirido caráter de sistema social complexo e abrangente, estruturadora de todas as instituições, costumes e práticas (ALONSO, 2009). Segundo Ângela Alonso (2009), para Joaquim Nabuco, justamente por ser um regime social complexo, não bastaria acabar com a escravidão pela imposição jurídica; era *preciso destruir a obra da escravidão*. Nesse sentido, segundo Marco Aurélio Nogueira (2010), “a abolição não poderia representar somente o fim da escravidão, mas implicava a alteração do sistema por ela produzido e a eliminação dos efeitos que causara ao país” (NOGUEIRA, 2010, p. 3). Em 1888 a escravidão foi

abolida, mas seus efeitos ainda encontram concretude no número alarmante de homicídios e na morte cotidiana do povo negro, fazendo da violência letal uma das questões principais para a constituição da democracia brasileira.

Para Andrade (1988) o problema da sociabilidade tem por pressuposto que a interação social envolve desigualdades e é conflitiva. Para Andrade, a interação conflitiva pode ser chamada de democrática tendo em vista as seguintes condições: a) quando o direito de participação em todas as esferas da vida social é assegurado a toda a sociedade; b) quando, entre os bens em disputa, inclui-se o exercício do poder ou da autoridade legítima; c) quando os conflitos se resolvem, fundamentalmente, pela negociação e pelo voto. Nesse sentido, para este autor, a política democrática visa ao processamento dos conflitos e não à formação do consenso, exceto num ponto, que é o fortalecimento do pacto democrático.

Diante disso, uma pergunta se impõe: frente aos inúmeros homicídios de jovens negros no Brasil, que denunciam a produção da morte e o genocídio de uma determinada parcela da população, como vislumbrar a constituição de uma política democrática voltada para a proteção universal e equânime da vida?

A CRIAÇÃO DE UM NOVO IMPERATIVO DE VIDA NO CAMPO DA SEGURANÇA PÚBLICA

Ao final dos anos 1990, Belo Horizonte, assim como outras capitais do Brasil, vivenciou um expressivo aumento dos homicídios. Pesquisa produzida em 2002 pelo Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (Crisp) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), além de dar visibilidade ao acentuado crescimento de crimes violentos em Belo Horizonte, demonstrou, por meio de uma análise espacial da capital, que a ocorrência dos homicídios se concentrava em determinadas regiões da cidade, de forma marcante em seis dos mais de 80 conglomerados urbanos existentes na capital naquela época (BEATO FILHO, 2003).

A pesquisa demonstrava ser inverídica a associação corriqueira feita entre pobreza e criminalidade, mas confirmava que o maior número de vítimas de homicídios era registrado em locais em que a renda média era menor, e os serviços públicos e privados, bem mais precários. A proximidade da moradia entre as vítimas – em sua maioria jovens, negros, do sexo masculino e com idade entre 15 e 29 anos – foi outro dado marcante, pois muitos assassinatos aconteciam entre vizinhos.

Foi sob a coordenação do Crisp que, ainda em 2002, um Grupo de Trabalho, formado por representantes da sociedade civil e por profissionais de diferentes instituições públicas, elaborou um projeto que articulou ações repressivas e de mobilização social no intuito de controlar e reduzir a ocorrência de homicídios. Inicialmente, o Grupo de Trabalho descreveu quatro níveis de problemas e definiu estratégias de intervenção para cada um deles.

No nível institucional, os participantes do grupo destacaram a inexistência de programas de prevenção social à criminalidade voltados para adolescentes e jovens. A estratégia de intervenção deveria buscar a institucionalização do projeto em elaboração. No nível organizacional a baixa efetividade das ações policiais e de justiça e a necessidade de desenvolvimento de medidas de prazo mais curto apontavam para a necessidade de desenvolvimento de protocolos de atuação conjunta entre o Ministério da Justiça e os Juizados Criminais e a criação, por parte da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais (PMMG), de um grupamento especializado para o policiamento em áreas de risco. O nível comunitário destacava a baixa capacidade de mobilização coletiva e de controle social por parte da comunidade, o que orientou intervenções voltadas para a mobilização comunitária, a fim de favorecer a retomada do controle social por parte dos moradores da comunidade. Por fim, o nível individual apontava o envolvimento de jovens com gangues como um dos principais problemas, juntamente com a dificuldade em desenvolver canais de comunicação com jovens envolvidos com a violência e com a criminalidade e o fatalismo dos mesmos em relação ao próprio destino. A sensibilização entre os jovens através de campanhas nas TVs, rádios, escolas e da distribuição de panfletos, com informações acerca dos riscos de envolvimento, e oferta de vias alternativas de socialização e ocupação foram apontadas como estratégias de intervenção.

A definição dos principais problemas e das estratégias de intervenção deu forma ao *Projeto Controle de Homicídios* e sua implantação-piloto foi realizada em um aglomerado da regional oeste da capital mineira. Com o início do projeto, uma das primeiras intervenções dos(as) moradores(as) foi sugerir uma mudança de seu nome. Não se queria que a região fosse imediatamente identificada com a violência e com os homicídios. A partir disso, o projeto recebe um novo nome: *Fica Vivo!*

A demonstração da viabilidade do projeto e os resultados iniciais, como a redução de 45,5% dos homicídios, possibilitaram sua institucionalização por meio do Decreto Estadual n°. 43.334 de 2003. Com a institucionalização do projeto-piloto e sua

incorporação à recém-criada Secretaria de Estado de Defesa Social (Seds), o Grupo de Trabalho foi desfeito, e o Programa passou a contar com dois eixos de ação: *Intervenção Estratégica e Proteção Social*.

O eixo Intervenção Estratégica foi composto pelas polícias Militar, Civil e Federal, Ministério Público, Poder Judiciário e pela Seds, tornando-se responsável pela potencialização das ações de enfrentamento à criminalidade já existentes. Com a criação desse eixo buscou-se promover, a partir de um processo de articulação entre os órgãos de defesa social, “um processo de interação de informações, de continuidade nos processos e de priorização de casos, com o objetivo de incrementar a resolução dos casos de homicídios que, até então, ficavam aguardando a morosidade e a desarticulação do poder público” (FARIA, 2006, p.184). A execução dessas ações significaria a concretização de uma “repressão qualificada à criminalidade” (MINAS GERAIS, 2004, p.1). Um importante representante desse eixo passou a ser o Grupo Especializado em Policiamento de Áreas de Risco (Gepar).

De acordo com a Instrução nº. 002/05 – CG, que regula a criação e emprego do Gepar, a PMMG criou o Grupo por saber que as estratégias de atuação em aglomerados e vilas, considerados na Instrução como áreas de risco, precisavam “ser diferenciadas e de forma permanente com ênfase na prevenção, respeito aos direitos humanos e envolvimento comunitário” (MINAS GERAIS, 2005, p.8).

Ainda segundo a Instrução, o Gepar teria como objetivos, entre outros, (a) executar o policiamento ostensivo em áreas de risco onde o número de homicídios evoluísse para um quadro de descontrole; (b) “neutralizar, de maneira preventiva e repressiva, as ‘guerras de quadrilhas rivais’ existentes nas áreas de risco, evitando a eclosão de homicídios e outros crimes violentos” (MINAS GERAIS, 2005, p.9); (c) “priorizar as ações de caráter preventivo, especialmente aquelas inibidoras dos crimes contra a pessoa” (MINAS GERAIS, 2005, p.9); e (d) “desenvolver e participar de projetos sociais que visem à interação da comunidade com a Polícia Militar e demais órgãos do sistema de defesa social” (MINAS GERAIS, 2005, p.9). Com isso, de acordo com a Instrução, busca-se a melhoria do relacionamento dos moradores das áreas atendidas com a polícia.

Já o eixo Proteção Social caracterizou-se, de acordo com materiais de divulgação do Programa *Fica Vivo!*, “como um conjunto de ações que se referem à articulação em rede dos diversos setores sociais para refletir sobre as causas e consequências da violência e, a partir daí, propor soluções locais de prevenção à criminalidade” (MINAS GERAIS, 2004, p.1).

Ressalta-se que com a institucionalização do Programa as ações de proteção social passariam a contar com a instalação de um equipamento de base local, o Núcleo de Referência, cujas metas foram assim definidas: “prestar atendimento de referência, realizar estudos de casos e diagnósticos social e individual, articular parcerias, além de identificar, atender e monitorar os jovens envolvidos com a criminalidade” (MINAS GERAIS, 2004, p.2). Tendo em vista essas metas, o Núcleo deveria fomentar a criação de grupos temáticos que desenvolveriam oficinas, para jovens de 14 a 24 anos, nas áreas de cultura, esporte, educação, comunicação, saúde e inclusão produtiva. Com o intuito de favorecer o acesso dos jovens às oficinas, estas deveriam acontecer em diferentes locais da região atendida e em horários variados. Sempre que possível, o responsável pela execução da oficina deveria ser um morador da própria localidade atendida. O trabalho desse eixo deveria, assim, desenvolver ações pautadas na realidade local e que possibilitassem a articulação entre participação comunitária, segurança e os demais direitos sociais.

A institucionalização do *Projeto Controle de Homicídios - Fica Vivo!* e sua articulação à política de segurança pública do governo de Minas Gerais possibilitou o estabelecimento de um convênio entre a Seds e o Ministério da Justiça. A partir desse convênio, recursos financeiros da União foram transferidos para o estado. Esses recursos favoreceram a qualificação das ações do Programa na região de implantação do projeto-piloto, bem como sua expansão, a partir de junho de 2004, para quatro outras regiões de Belo Horizonte, que também apresentavam alto índice de homicídios

Desde então, o Programa *Fica Vivo!* compõe a Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade da atual Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais (Sejusp).

IMPERATIVOS DE MORTE E DE VIDA

De modo a iniciar a expansão do Programa *Fica Vivo!* para outras regiões de Belo Horizonte, foram realizados *Diagnósticos Territoriais*. A execução desses Diagnósticos constituía-se como uma das funções dos(as) profissionais contratados(as) para compor a equipe técnica que passou a ser responsável pela execução das ações do *Fica Vivo!* nas novas áreas de abrangência.

Na região onde participei como técnica do processo de implantação do Programa, o diagnóstico foi baseado, especialmente, em diálogos com jovens e entrevistas realizadas com representantes de associações comunitárias, diretores(as) de escolas, conselheiros(as)

tutelares, gerentes de centros de saúde, padres e pastores das igrejas locais e técnicos(as) vinculados à medida socioeducativa de liberdade assistida. A cada encontro eram colhidas e registradas informações sobre o trabalho já desenvolvido na região, dados sobre a realidade social dos bairros, em especial, sobre o cotidiano das juventudes e sobre as violências vividas na localidade. Todas as pessoas que foram ouvidas testemunhavam o aumento da violência e a crescente insegurança¹.

Muitos(as) daqueles(as) que se encontravam ligados(as), de alguma forma, aos bairros a serem atendidos pelo Fica Vivo! testemunhavam o aumento da violência e a crescente insegurança. Os Centros de Saúde recebiam, cada vez mais, declarações de óbitos de jovens cujas mortes eram resultantes de homicídios. Um deles, pela primeira vez, desde a sua inauguração, havia sido assaltado durante a noite. Os(as) Agentes Comunitários(as) de Saúde (ACS) relatavam a impossibilidade de realizarem certos atendimentos domiciliares em função de trocas de tiros. Casos de depressão e ansiedade eram associados ao aumento da violência na região. Alguns Centros de Saúde ficavam meses sem médicos(as). Alguns deles(as) justificavam a não permanência em função da violência e de ameaças que sofriam, por exemplo, ao medicarem jovens que buscavam atendimento após terem sido baleados. Para alguns funcionários, se a polícia ou algum outro jovem perguntasse pelo atendimento de alguém ferido, era um risco dizer o que se viu ou fez.

Algumas escolas também já haviam sido assaltadas, e seus funcionários relatavam casos de agressões aos(as) professores(as), roubos, o uso e a venda de drogas ilícitas em seu interior e no entorno. Informações fornecidas por diretores(as) e professores(as) davam conta do aumento do número de mortes de alunos(as) e ex-alunos(as). Em certas escolas, a expulsão, mesmo proibida pelas diretrizes da educação brasileira, ainda era utilizada como forma de excluir jovens que eram vistos como os únicos causadores dos problemas

¹ Ao longo do segundo semestre de 2004 realizei, individualmente, o Diagnóstico Territorial. As entrevistas e diálogos com moradores(as) e trabalhadores(as) da região compunham o processo de implantação do Programa Fica Vivo! e buscavam orientar sua execução em consonância com as especificidades locais. Os dados e as informações que coletei foram registrados em diários de campo e sistematizados em relatórios técnicos. Esses relatórios eram apresentados e discutidos junto à direção do programa e em reuniões coletivas semanais de equipe que contavam com a participação dos(as) demais técnicos(as) que compunham o Programa Fica Vivo! na época. Ao final de 2004, a equipe foi ampliada e o trabalho passou a ser realizado em conjunto com mais um profissional. Mesmo após a conclusão do processo de implantação do Programa na região onde atuei, o registro do trabalho em diários de campo continuou fazendo parte do meu cotidiano, tendo sido a fonte dos relatos apresentados neste artigo referentes ao processo de implantação e execução do programa na localidade em destaque.

enfrentados pela escola. Muros altos ou concertinas eram visíveis em quase todas as escolas.

Durante a noite, eram raras as pessoas que ficavam nas portas de suas casas a conversar com a vizinhança, costume abandonado, segundo alguns moradores, por medo da violência. Ainda de acordo com moradores(as), os roubos fizeram com que alguns estabelecimentos comerciais fossem fechados e que caminhões de entregas de mercadorias, como bebidas, móveis e eletrodomésticos, deixassem de prestar serviços para a região. O mesmo acontecia em relação aos taxistas. Vários, segundo alguns moradores, não aceitavam passageiros(as) que se dirigiam aos bairros em questão.

Em relação ao trabalho da Polícia Militar, moradores(as) e representantes de instituições relatavam à equipe do Programa casos de inoperância e, mesmo que em menor número, casos de corrupção policial. Mas eram os exemplos de truculência policial os mais numerosos. A queixa mais recorrente estava relacionada à forma como se davam as abordagens policiais. Pelos relatos eram abordagens sempre marcadas pelo desrespeito aos moradores, sobretudo aos jovens. Ações policiais permeadas por chutes, tapas no rosto e na cabeça, agressões com uso de cassetete e ofensas verbais eram narradas com insatisfação e revolta. Em função disto, desde então, a associação do Programa *Fica Vivo!* com a Polícia Militar, via Gepar, foi vista com resistência por alguns moradores e com grande desconfiança por parte de muitos(as) jovens.

Os policiais do Gepar que atuavam na região relatavam que os moradores construíram uma imagem negativa da polícia por considerar seu trabalho insuficiente. Os policiais justificavam que essa imagem era fruto da indevida responsabilização da Polícia Militar pela frequente impunidade, bastante caracterizada pelos policiais pelo rápido retorno às ruas de pessoas que cometeram algum crime ou infração. Casos de licenças médicas, em função da constante exposição dos policiais ao risco, também eram informados com certa frequência.

Ao se caminhar pelos diferentes espaços da região a ser atendida pelo Programa, destacavam-se as desigualdades existentes no interior dos próprios bairros. Os aglomerados, os becos e as ruas de terra coexistiam com locais onde as ruas eram largas e asfaltadas, e as casas, mais espaçadas e maiores. Aliado à criminalidade violenta e à pouca presença estatal na localidade, percebida pelas desigualdades citadas acima, pela ausência de áreas culturais e de lazer e por registros de casos de miséria pelos agentes comunitários de saúde, encontrava-se o esforço de moradores(as), lideranças comunitárias e instituições locais em fazer dos bairros um lugar com melhores condições de vida.

Conversar com jovens moradores(as) da região foi inicialmente possível a partir dos contatos estabelecidos com moradores(as) e representantes das instituições. Os(as) jovens, durante as conversas, também falavam do aumento da criminalidade, da morte precoce de amigos em função dos conflitos armados travados entre grupos rivais e da revolta diante da brutalidade policial. Alguns testemunhavam a vergonha que sentiam por morarem em uma rua ainda sem asfalto. A maioria deles(as) somente conhecia a parte central da capital, sabendo nomear apenas as ruas pelas quais os ônibus coletivos passavam. Era unânime a reclamação de não terem o que fazer no lugar onde moravam, o descontentamento por verem o lugar associado, nas notícias dos jornais, somente a situações de violência e o descrédito em relação às atividades que se iniciavam : “tudo que começa aqui não vai pra frente”, afirmou uma jovem. Os(as) jovens denunciavam, repetidas vezes, os compromissos não cumpridos pelos representantes do poder estatal que por lá já haviam passado e os efeitos sobre a subjetividade que um contexto de desigualdades raciais e sociais pode vir a produzir.

O CAMPINHO DA LADEIRA

Em quase todos os diálogos e entrevistas realizadas, uma determinada rua era apontada como um dos locais mais violentos da região. Isto em função dos confrontos armados ali instaurados, mas também porque alguns jovens eram considerados responsáveis por parte dos roubos que ocorriam na região. Apesar de essa rua perpassar diferentes bairros, era constantemente localizada à parte deles. A rua estava ali, mas, para algumas pessoas, não pertencia àquele lugar. Sua inclusão nos bairros se dava, assim como a de outras favelas da cidade de Belo Horizonte, sob a forma da segregação: um lugar perigoso.

Pode-se dizer que foi longo o tempo que separou o início das atividades do programa ao começo das ações na própria rua. Um dos motivos foi o fato de o programa não encontrar pessoas que se responsabilizassem, juntamente com a equipe técnica, por um trabalho naquela localidade. O medo era o motivo apresentado por aqueles que diziam considerar importante, mais inviável, o desenvolvimento de ações naquele local. O atendimento mais cotidiano dos jovens, moradores dessa rua e diretamente envolvidos com os confrontos armados travados entre grupos rivais existentes na região, só foi efetivamente possível a partir da inauguração de um novo espaço: o *Campinho da Ladeira*.

Depois de inúmeras tentativas, o morador de uma rua que faz esquina com a

referida rua articulou um encontro da equipe do programa com jovens daquele trecho da rua. Nesse encontro, os jovens falaram sobre a ausência de espaços de lazer e da dificuldade de alguns em saírem dali. Isso em função de correrem risco de morrer. Alguns disseram que iam à escola, que saíam do bairro, mas que o faziam cismados. Diante disso, um jovem afirmou: “os que não cismaram acabaram morrendo!”.

Durante o encontro, alguns jovens demandaram cursos e opções de trabalho à equipe técnica. Outros queriam jogar bola em outro lugar que não fosse o espaço da rua. Diante desse pedido, os jovens foram questionados sobre onde isso poderia acontecer, uma vez que não existia ali um lugar diferente e que alguns deles correriam o risco de morrer ao sair daquele local. Diante desse questionamento, alguns jovens disseram que poderiam jogar bola em um campo fora dali da rua, em um lugar distante, desde que ninguém soubesse que estavam por lá. Os técnicos propuseram então aos jovens uma visita ao clube do Serviço Social do Comércio (Sesc), localizado no bairro Venda Nova, no qual somente iriam os jovens daquela rua. O programa providenciaria o transporte e as entradas para o clube. Os jovens aceitaram a proposta e ficaram de convocar outros que não puderam estar naquele encontro.

Ao final desse encontro, foi possível ver, da janela do local onde se estava, um campinho de futebol no interior de uma casa. Outra pergunta foi então feita aos jovens: “que campinho é aquele ali?”. Os jovens não souberam dizer ao certo, mas falaram que poderia ser arriscado chegar até lá.

Depois de algumas semanas, foi possível à equipe do programa viabilizar a visita ao Sesc. Logo pela manhã o ônibus saiu, para a surpresa dos técnicos, de um local indicado pelos jovens: Rua Vereador Lopes (antiga Rua da Ladeira), em frente ao campinho visto pela janela. Perguntados pela possível exposição ao risco, alguns jovens disseram que aquela rua estava em uma área sob o comando deles.

Não foram muitos os jovens que aderiram à visita, mas os que foram ao clube anunciaram que um jovem, morador da rua em questão, havia conversado com o dono da casa na qual se situava o campo visto pela janela no dia do encontro. Ele teria demonstrado interesse em ceder o campo para o uso dos jovens, desde que estes cuidassem do espaço, já que ele não morava ali, mas tinha adquirido a casa para usá-la somente aos finais de semana.

A visita ao Sesc aproximou os jovens do programa, e posteriormente os técnicos fizeram um acordo com o dono da casa, e uma oficina de futebol passou a acontecer ali. Alguns jovens entrevistados começaram a participar do programa a partir da oficina do

Campinho da Ladeira. Um deles falou: “no início ficava com medo, entrei pra fazer zoeira, pra brincar, comecei a gostar, tomei confiança [...] Confiança no treinador, no programa”.

Pode-se dizer que foi a partir da existência desse *Campinho*, da rede pessoal estabelecida entre os jovens, do trabalho dos oficinairos e do acompanhamento dos técnicos, que mais jovens começaram a fazer parte do *Fica Vivo!*, em especial aqueles que não podiam se distanciar muito do lugar de moradia em função de correrem risco de morrer.

Torna-se importante ressaltar que a oficina no *Campinho da Ladeira* foi assumida por dois oficinairos, moradores da região, que já faziam parte do programa. A confiança que alguns jovens depositaram no programa se constituiu pela presença da equipe na própria rua e na oficina do *Campinho*, mas, principalmente, por meio da relação que os jovens estabeleceram com os oficinairos. Foram estes que, no cotidiano da oficina ou fora desse espaço, lidaram diretamente com jovens armados, portando drogas ilícitas ou que provocavam tumultos durante os jogos; oficinairos que intervieram na iniciativa dos jovens de cometerem homicídios e, possivelmente, de retomarem os confrontos armados. As intervenções dos oficinairos ocorriam, sobretudo, por meio do diálogo com os jovens ou, quando este se mostrava inicialmente inviável, pela solicitação, à equipe técnica, do acionamento do Gepar. Esse grupo, a partir de sua presença ostensiva, realizava um trabalho de proximidade e preventivo, permitindo, por vezes, o alargamento do tempo necessário para o estabelecimento do imprescindível diálogo com os jovens e o processamento dos conflitos.

PELA INSTAURAÇÃO DE UMA OUTRA LÓGICA

O processo de implantação do Programa *Fica Vivo!* e de sua execução na mencionada rua parece demonstrar a importância da presença das políticas públicas, por meio de suas equipes, nos locais onde os(as) jovens estão ou podem ir, já que muitos, em função do risco de serem mortos, vivenciam restrições quanto à sua mobilidade. Ir até os(as) jovens, ofertando não só oficinas, mas a possibilidade de se inventar algo a partir do que eles(as) têm a dizer mostra-se, desse modo, imprescindível.

Assim, diante da pouca circulação desses(as) jovens os(as) técnicos(as) devem se movimentar em sua direção. Andar pelas ruas, pelos becos, subir escadarias — pela manhã ou tarde; por vezes, também à noite; várias horas por semana ou por algumas horas de um mesmo dia. Nesse sentido, importante destacar que, em suas andanças, os(as) técnicos(as),

na maioria das vezes, devem ser guiados(as) pelos(as) oficinairos(as) ou por outros(as) moradores(as) — pessoas que têm acesso prévio aos(as) jovens e que são capazes de ultrapassar com segurança fronteiras que delimitam territórios rivais.

Torna-se fundamental, desse modo, estar atento ao fato de que os encontros com os(as) jovens podem provocar dizeres e/ou atos para os quais é fundamental dar ouvidos. Isso a fim de que o programa não seja também produtor de segregação, pois, nas palavras de François Leguil, “a segregação começa com a negação do ‘isso se endereça a mim, a mim que sou constituído por este endereçamento, quando minha oferta mesma o produziu” (LEGUIL, 2001, p. 150). Nesse sentido, levar a sério aquilo que os jovens endereçam aos serviços públicos é o que possibilitará a edificação de um trabalho contrário à segregação.

Logo, não abandonar os(as) jovens talvez seja um dos principais desafios das políticas públicas, e a este se liga o dever que se estabelece frente a eles(as): conceber um discurso capaz de alojá-los(as); um discurso que extrapole as classificações “marginal”, “bandido”, “jovem criminal” e que tenha em seu horizonte perspectivas distintas da vigilância, do controle, da segregação e da morte.

Diante disso, é preciso que ao atendimento realizado por um programa se adicione todo um trabalho em rede que dê vida a um debate público sobre as juventudes, seus modos de vida e suas formas de dar sentido à existência. Um debate distinto daqueles que visam enquadrar cada jovem em projetos predefinidos, pois se trata aqui da construção de práticas capazes de acompanhar os(as) jovens na criação de soluções que façam caber sua satisfação nos territórios da cidade, na medida do possível.

TERRITÓRIO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Para Milton Santos, o território só se torna um conceito utilizável para a análise social quando é considerado “[...] a partir do seu uso, a partir do momento em que ele é pensado juntamente com aqueles atores que dele se utilizam” (SANTOS, 2000, p. 22). Nesse sentido, o território, para além da dimensão física, implica seu uso e as interações construídas pelos homens e mulheres que nele vivem.

A partir dessa noção, a cidadania ganha vida ativa no território e este pode ser pensado como “o chão concreto das políticas, a raiz dos números e a realidade da vida coletiva” (KOGA, 2011, p.33). De acordo com Dirce Koga (2011),

tratar a vertente territorial traz novos elementos para o debate da ética e da cidadania nas políticas públicas e de enfrentamento da exclusão social. Implica considerar a dimensão cultural das populações, suas particularidades locais, os lugares onde vivem, os seus anseios e não somente suas necessidades (KOGA, 2011, p. 29).

Diante disso, ainda segundo Koga (2011) “faz-se fundamental o modo pelo qual a política pública opera, levando em conta a cultura, a geografia da própria população com a qual trabalha e a participação dos cidadãos. O peso da qualidade, neste caso, é tão forte quanto o peso da quantidade.” (KOGA, 2011, p. 29). Não basta, nesse sentido,

que as políticas públicas sejam descentralizadas pelos territórios das cidades. É necessário que estes territórios exerçam um papel de sujeito e não apenas de objeto das políticas públicas. Significa dizer que as políticas públicas territoriais partem dos territórios, enquanto as políticas territorializadas partem de um modelo central e tentam reproduzi-lo no nível mais desagregado (região, bairro, distrito). (KOGA, 2011, p. 296).

Tendo em vista o processo de implantação do Programa *Fica Vivo!* aqui apresentado e sua execução na mencionada rua, pode-se dizer que a proposta metodológica inicial do programa destaca o território como fio condutor para sua implantação e execução. Estabelecer parcerias comunitárias e institucionais e ir até onde os(as) jovens estão, com eles construindo novas formas de interação com seu cotidiano de vivência, indica a possibilidade de construção de uma política pública territorial; uma política que se orienta não somente pelos aspectos das necessidades ou das carências, mas que considera igualmente importante a dimensão subjetiva do território, concretizada nas manifestações de sofrimentos, expectativas e desejos. Operando nesse sentido, a política pública não destitui aqueles aos quais atende de sua condição de sujeito.

Mais especificamente sobre a incidência do Programa *Fica Vivo!* na redução dos homicídios na localidade estudada, há que se destacar o dever do Estado, a responsabilidade de todos(as) e a de cada um(a) de nós em relação à segurança pública. No Brasil e em Minas, o campo da segurança pública, ainda hoje, é amplamente reconhecido como um espaço de atuação quase exclusivo dos órgãos policiais e de justiça; como um campo que insiste em priorizar o desenvolvimento de políticas e ações repressivas e de privação da liberdade como estratégia de enfrentamento da violência e da criminalidade.

Controlar, vigiar, punir, conter e segregar são verbos lembrados diante de diferentes práticas, mas comumente se encontram associados à segurança pública. Essa associação,

contudo, não se estabelece por acaso. Pode-se considerar que ela guarda relação com a formação histórica da sociedade brasileira; uma formação tradicionalmente autoritária, hierárquica, baseada em um regime escravocrata e patrimonialista. As raízes da sociedade brasileira estão fincadas em experiências históricas que atravessam e dificultam o debate em torno de padrões de civilidade capazes de nortear as relações sociais da sociedade brasileira e a formulação de políticas públicas de segurança.

Ressignificar o que até hoje se estabeleceu em torno do direito social à segurança pública é, desse modo, mais um desafio a ser superado. Nas palavras de Luís Eduardo Soares (2011):

[...] segurança pública é a estabilização universalizada, no âmbito de uma sociedade em que vigora o Estado democrático de direito, de expectativas positivas a respeito das interações sociais – ou da sociabilidade, em todas as esferas da experiência individual. O adjetivo “positivo” sinaliza a inexistência do medo e da violência (em seus significados negativos), e a presença da confiança, em ambiente de liberdade. Corresponde, portanto, à fruição dos direitos constitucionais, particularmente daqueles que se relacionam mais imediatamente com a incolumidade física e moral, e à expectativa de sua continuidade ou extensão no tempo, reduzindo-se a incerteza e a imprevisibilidade, o medo e a desconfiança. E assim concorrendo para que círculos virtuosos substituam círculos viciosos. Em vez de atitudes defensivas de quem espera agressões e as acaba precipitando, predominam posturas desarmadas e cooperativas, que estimulam a difusão de respostas e expectativas sociáveis e produtivas (SOARES, 2011, p.5).

Diante dessa noção de segurança pública elaborada por Soares, pode-se dizer que, concomitante à redução quantitativa dos homicídios na região na qual trabalhei como técnica², ocorreram alterações que apontam para uma redução do medo e da violência. A referência pretérita dos moradores às guerras, sua maior presença pelas ruas do bairro e a ampliação do trânsito de jovens entre regiões são indicativos dessas alterações que, ao se consolidarem, podem significar a vivência cotidiana do direito à segurança pública.

Nesse sentido, pode-se dizer que a execução territorial do Programa *Fica Vivo!* demonstra possíveis interfaces entre território e políticas públicas. Além disso, parece apontar um norte para guiar a formulação de novas políticas e a execução de práticas

² Considerando os anos extremos da primeira década de execução do programa, a redução dos homicídios, em toda a região de abrangência foi de 56%. Em 2004, foram registrados 57 assassinatos e, em 2014, 25. Em 2010, foram registrados sete homicídios, tendo sido o menor número durante esse período.

territoriais capazes de incidir sobre a iniciativa da violência letal contra jovens no Brasil, contribuindo para o estabelecimento novas formas de convivência nas cidades; formas que permitam vislumbrar a crescente improbabilidade da guerra e da morte e, desse modo, a possibilidade de constituição cotidiana de uma política democrática que comporte a proteção universal e equânime da vida.

REFERÊNCIAS

- Alonso, A. (2009). Joaquim Nabuco. In: Botelho, A. e Schwarcz, L. M. (orgs.) **Um Enigma Chamado Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 60-73.
- ANDRADE, R. C. (1988). Pacto democrático, negociação e autoridade. **Lua Nova**; Revista de Cultura e Política, São Paulo, n.14, p.7-16, junho.
- BEATO FILHO, C.C. (2003). O problema dos homicídios em Belo Horizonte. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, São Paulo, v.11, n.42, p.345-350, jan./mar.
- BORGES DE MELO, D. L; CANO, I. (Org.). (2017). **Índice de homicídios na adolescência: IHA 2014**. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas.
- FARIA, L. F. (2006). Uma política de defesa social a céu aberto. **Curinga**, Belo Horizonte: Escola Brasileira de Psicanálise – Seção Minas, n. 22, p.183-187, jun.
- FOUCAULT, M. (1998). **História da sexualidade**. Rio de Janeiro: Graal.
- FOUCAULT, M. (2010). **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976); tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes.
- IPEA & FSB (2020). **Atlas da Violência 2020**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública (Org.). Rio de Janeiro: Ipea; FBSP.
- KOGA, D. (2011). **Medidas de cidades**: entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez.
- LEGUIL. F. As crianças contumazes. **Curinga**; Escola Brasileira de Psicanálise – Minas Gerais, v.17, p.138-151.
- MBEMBE, A. (2018). **Necropolítica. Biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte**. Traduzido por Renata Santini. São Paulo: n-1 edições.
- MINAS GERAIS. (2005). Polícia Militar. Comando-Geral / 3ª Seção do Estado-Maior. **Instrução nº. 0002/05-CG**. Regula a criação e emprego do Grupo Especializado em Policiamento de Áreas de Risco – GEPAR. Belo Horizonte.
- MINAS GERAIS. (2004). Secretaria de Estado de Defesa Social. **Plano Estadual de Segurança Pública 2003-2004**. Disponível em: < www.seds.mg.gov.br >. Acesso em 10 de outubro de 2004.
- NOGUEIRA, M. A. (2010). Nabuco e o pensamento social brasileiro. In. França, H (Org.) **Joaquim Nabuco e o novo Brasil**. 1 ed. Recife: CEPE, v.1, p-41-64.
- PNUD BRASIL. (2005). **Relatório de desenvolvimento humano – Brasil 2005**. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/arquivos/brazil_2005_po.pdf>. Acesso em: 14 de agosto de 2023.

SANTOS, M. *et al.* (2000). **Território e sociedade**: entrevista com Milton Santos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

SOARES, L. E. (2011). **Temas do pensamento social brasileiro – Segurança Pública**. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.luizeduardosoares.com/?p=136>. Acesso em: 14 de agosto de 2023.

WAISELFISZ, J. J. (2013). **Mapa da Violência 2013**: homicídios e juventude no Brasil. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República; Secretaria Nacional de Juventude Disponível em: https://flacso.org.br/files/2020/03/mapa2013_homicidios_juventude.pdf. Acesso em: 14 de agosto de 2023.

Michele Duarte Silva

Mestra em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e gestora pública